

Concentração no Terreiro do Paço

18-Jun-2004

PRÁTICA TERÇA-FEIRA, EM LISBOA

Cerca de um milhar de activistas sindicais da Administração Local vão concentrar-se no próximo dia 22 de Junho, em Lisboa, no Terreiro do Paço, entre as 10 e as 15 horas.

À

A acção, que assinala um Dia Nacional de Luta dos Trabalhadores da Administração Local, é promovida pelo STAL, Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, e pelo STML, Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, para levar ao Governo as principais reivindicações dos trabalhadores do sector.

Durante toda a manhã e início da tarde, cerca de um milhar de activistas sindicais discutirão e aprovarão resoluções temáticas sobre os diversos problemas, as quais serão depois entregues por delegações nos respectivos ministérios ou secretarias de estado.

O Ministério das Finanças e a Secretaria de Estado da Administração Local são as entidades mais visadas pelas resoluções, que incidem em particular sobre salários, carreiras e reforma da Administração Pública.

Mas também o Ministério da Administração Interna será objecto de uma deslocação dos sindicalistas, que apresentarão questões inerentes aos bombeiros profissionais e aos trabalhadores que prestam serviço nas associações humanitárias de bombeiros voluntários, estando ainda prevista uma deslocação à Secretaria de Estado da Administração Educativa.

Às 15 horas será ainda entregue na Residência Oficial do Primeiro Ministro um dossier com cópias de todos os documentos enviados às diversas entidades, bem como uma resolução específica, através da qual pretende exigir uma mudança efectiva da política levada a cabo na Administração Pública.

Entre as principais reivindicações neste Dia Nacional de Luta destacam-se a exigência de um aumento médio de 50 euros para cada trabalhador, a luta pela aposentação e pela ADSE, o combate às privatizações, nomeadamente da Água e dos resíduos sólidos, a valorização e a dignificação de um conjunto de carreiras, designadamente dos bombeiros, dos trabalhadores da acção educativa, políticas municipais, entre outros, bem como a aplicação de um conjunto de medidas acordadas entre o STAL, a Associação Nacional de Municípios e a Direcção Geral das Autarquias Locais há mais de dois anos.

Â